

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Arbitragem de Futebol e Futsal em eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Bebedouro.

EXTRATO DE JULGAMENTO DE RECURSO E DAS CONTRARRAZÕES

Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com a manifestação de **recurso administrativo** interposto pela empresa recorrente **F. M. BITTAR ASSESSORIA ESPORTIVA E ARBITRAGEM LTDA**, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro na sessão pública de processamento do certame licitatório.

Notou-se que depois da r. decisão proferida pelo Pregoeiro na sessão pública de processamento da licitação em referência, na qual foi declarada vencedora a empresa **VOLFFE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA** após a inabilitação da empresa **F. M. BITTAR ASSESSORIA ESPORTIVA E ARBITRAGEM LTDA**, manifestou-se o representante presente da empresa **F. M. BITTAR ASSESSORIA ESPORTIVA E ARBITRAGEM LTDA** sua intenção de apresentar recurso, abrindo-se então o **prazo de 3 (três) dias** para apresentação de suas razões recursais, ficando as demais empresas licitantes participantes intimadas para apresentarem as contrarrazões, em igual número de dias, a contar do término do prazo do recorrente.

Dentro do prazo estabelecido, verificou-se a insurgência do **recurso administrativo** interposto pela empresa recorrente **F. M. BITTAR ASSESSORIA ESPORTIVA E ARBITRAGEM LTDA**, junto a plataforma de pregão eletrônico BBMNET.

Por sua vez, dentro do prazo estabelecido manifestou-se apresentando sua **contrarrazão de recurso**, a empresa licitante **VOLFFE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA**, devidamente anexado junto a plataforma de pregão eletrônico BBMNET.

Refletindo sobre o embasamento legal da r. decisão recorrida, em relação aos critérios e requisitos estabelecidos no **Edital nº 02/2024** da licitação modalidade **Pregão Eletrônico nº 02/2024**, nas razões de recurso apresentada pela empresa recorrente e nas contrarrazões de recurso apresentada pela empresa impugnante, convenço-me de que o Pregoeiro acertou na sua decisão anteriormente proferida. Com efeito, a decisão do Pregoeiro é lícita e deve ser validada.

Posto que, em que pese as argumentações expostas pela recorrente, em evocar para si, os efeitos previstos no item 8.3.1.2. do Edital, no qual assim descreve: *"Havendo alguma restrição da comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa"*, tal medida não se aplica ao presente caso, pois a empresa citada não apresentou documento com restrição, mas sim deixou de apresentá-lo, ou seja, contrariando o descrito no edital.

Com efeito, a leitura dissociada dos artigos 42 e 43 presentes na Lei Complementar nº 123/2006 pode gerar dificuldades na compreensão, quanto ao verdadeiro conteúdo do benefício, uma vez que, claramente a norma não dispensa a apresentação dos documentos de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, pelo contrário, as mesmas continuam obrigadas a apresentar como requisitos de habilitação todos os documentos de regularidade fiscal, sob pena de inabilitação no certame. No entanto, a norma legal possibilita às microempresas e empresas de pequeno porte sanar falhas (restrição) porventura existentes nos documentos de regularidade fiscal apresentados, o que, via de regra, é vedado para os demais participantes não favorecidos com a medida legal. Assim, havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das licitantes enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123/2006, será facultado às mesmas, e apenas a essas empresas, a oportunidade de regularização no prazo previsto na lei.

Desta forma, a Constituição Federal, em seu artigo 37, XXI, expressamente determina que as contratações públicas sejam precedidas de procedimento licitatório. Sendo um procedimento anterior ao próprio contrato, permite que várias pessoas ofereçam suas propostas, e em consequência, permite também que seja escolhida a mais vantajosa para a Administração. Como foi instruída por fundamentos próprios, a licitação é norteadora por alguns princípios, alguns dos quais expressos em lei, os quais definem os lineamentos em que se deve situar o procedimento. Dentre estes princípios, destaca-se o **PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**, que é a garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. Por este princípio evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. Assim, é vedado à Administração e aos licitantes, o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige. O Edital traduz uma verdadeira lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece, sendo ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes. Nesse sentido, o artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/21 reforça claramente a tese de que o instrumento convocatório tem natureza jurídica de ato administrativo normativo, composto por regras, no qual assim descreve: “*O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento*”. Sob este contexto, a Administração deve realizar procedimento que seja equânime, transparente, dando oportunidade para que todos os interessados disputem o contrato que ela irá firmar da mesma maneira, devendo a Administração seguir rigorosamente as regras previstas no edital para a sua decisão, entendendo que não assiste razão à recorrente.

Isto posto, submetida à minha superior análise para final decisão, **DECIDO** no aspecto estritamente legal e sob a ótica do posicionamento estabelecido no Edital, pelo conhecimento do **recurso administrativo** interposto e pelo **não provimento** do mesmo, tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie, mantendo-se a r. decisão recorrida que outorou a vista da habilitação, declarou vencedora no presente certame licitatório a empresa **VOLFFE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA.**

Diante do exposto, ordeno a publicação dessa decisão na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial do município: www.bebedouro.sp.gov.br através do competente extrato de julgamento, bem como, sua disponibilização na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET (www.novobbmnet.com.br) para a devida ciência de todos.

Por fim, em atendimento ao **parágrafo 5º**, do **artigo 165**, da **Lei Federal nº 14.133/21** e ulteriores alterações, coloque-se os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Bebedouro/SP., 26 de março de 2024.

LUCAS GIBIN SEREN
PREFEITO MUNICIPAL